

# Arte imita a vida

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista (andregustavo10@gmail.br)

A discussão é antiga. A vida imita a arte ou acontece o contrário? A pergunta é pertinente especialmente no atual momento do Brasil. Houve uma clara tentativa de golpe de estado entre a realização do segundo turno da eleição presidencial e o 8 de janeiro, passando pelo pesado quebra-quebra ocorrido no dia da diplomação de Lula e Alckmin no Tribunal Superior Eleitoral. Um golpe de estado foi previsto em detalhes e mal executado por seus líderes.

Na República Dominicana, em 1961, ocorreu um golpe de estado para tirar do poder o ditador Rafael Trujillo, um tirano que infernizou o país por três décadas e tinha todos os maneirismos do clássico ditador latino-americano. Um grupo de esquerda se preparou para o golpe, o governo de Washington, temendo o surgimento de novo país comunista na região, no estilo de Cuba, mandou seus navios cercar a ilha e, se necessário, invadir.

O ditador tinha dia e hora marcados para visitar a amante. Quando retornava da visita semanal, ele foi alvejado por mais de 60 tiros. Morreu o motorista, o benefactor ficou gravemente ferido e os militares quase tomaram o poder. É o retrato de um golpe que deu errado.

A história é maravilhosamente contada por Mário Vargas Llosa, no livro *A festa do Bode*, bode era o apelido do ditador que cultivava um ridículo cavanhaque. O revolucionário que deveria matar o homem forte do país se escondeu atrás de uma pedra no meio do caminho, onde recebeu a visita de sua amada, uma fogosa morena dominicana, que contribuiu para a revolução com uma garrafa de rum e dengosas declarações de amor.

Depois dos goles, dos afagos, dos amassos, o atirador desfechou aquela saraivada de tiros, sem direção certa. Atirou errado e matou errado. Trujillo não morreu no momento. O desastrado golpe tirou o ditador do poder, impediu a ascensão dos militares, e o governo caiu no colo de um tranquilo advogado, chamado Juan Bosch.

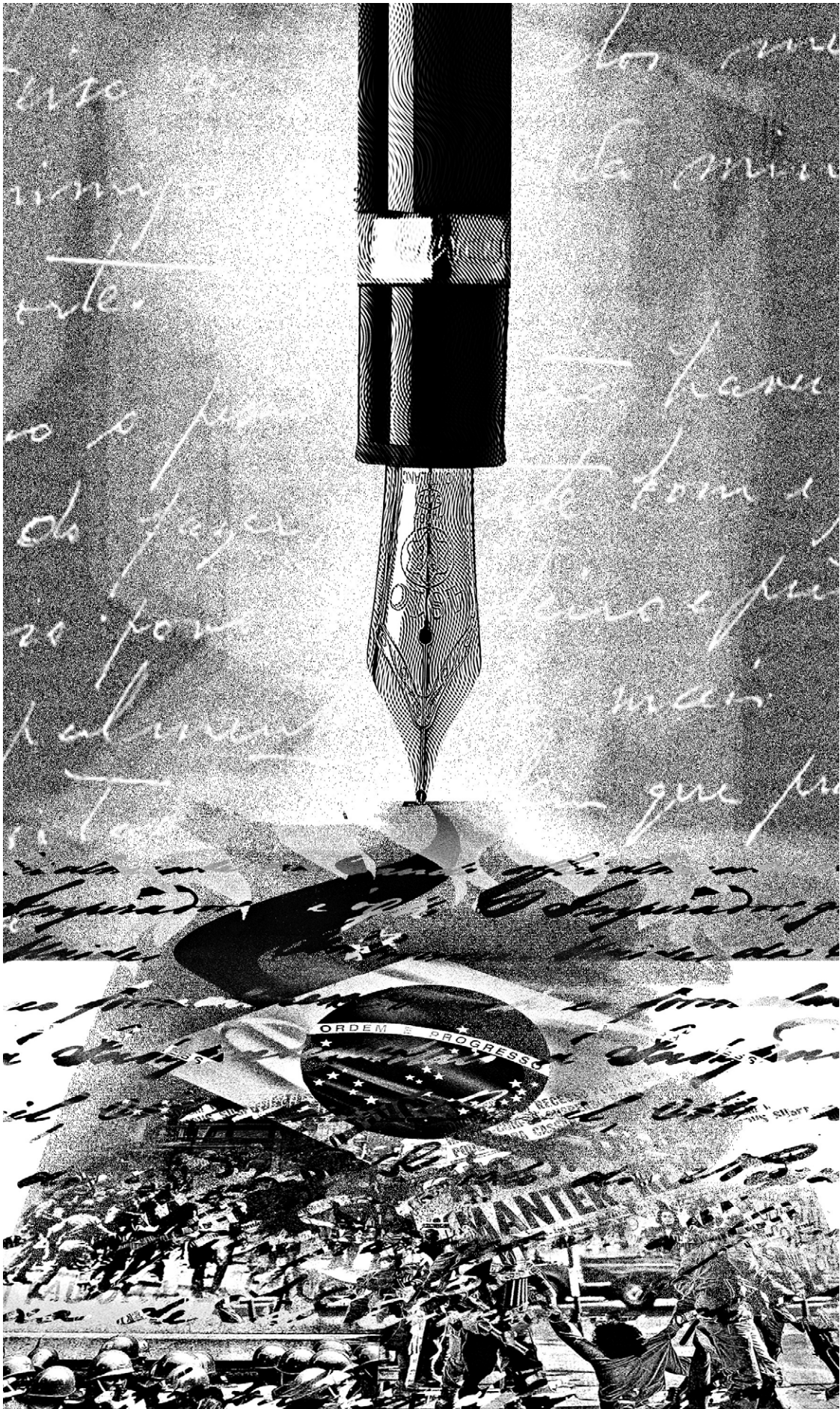
No Brasil de 2022, os defensores do golpe de estado se reuniram ostensivamente na frente do quartel general do Exército. Não foram incomodados. Os militares proibiram a polícia de entrar no local e fazer prisões. Nas vésperas do 8 de janeiro, chegaram a Brasília mais de 150 ônibus carregando opositores. A Polícia Rodoviária não viu nada.

A maioria foi para a frente do quartel. No domingo, caminharam por cerca de oito quilômetros protegidos pela Polícia Militar. Na praça dos Três Poderes, os policiais olharam para o outro lado. O Batalhão de Guardas Presidencial não apareceu. O Exército não mandou soldados. As outras forças militares não se mexeram. Os serviços de informação não informaram. As portas do Palácio do Planalto foram abertas por dentro.

Estava tudo resolvido. Na tarde daquele domingo, alguém deveria se declarar o novo dono do poder no Brasil. Os prédios dos Três Poderes estavam invadidos. Não seria difícil chegar ao Alvorada. Faltou coragem ao líder para se declarar chefe da revolução que iria tirar o Brasil do caminho do comunismo.

O depoimento do senador Marcos do Val (Podemos-ES) acrescenta detalhes. Na presença do presidente da República, ele foi convidado a gravar conversa com o ministro Alexandre de Moraes de maneira a incriminar o operoso presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Anderson Torres, secretário de segurança do DF e ministro da Justiça do governo Bolsonaro, viajou para os Estados Unidos onde o ex-presidente estava homiziado. Os manifestantes encontraram todos as portas abertas e os homens responsáveis pela segurança longe do país. O pretexto jurídico para o golpe de estado seria a suposta parcialidade do ministro Alexandre de Moraes.



O tumulto justificaria a decretação da Garantia da Lei e da Ordem, chefiada por militares, que iriam cancelar a eleição e declarar um governo provisório chefiado por algum fardado. Não seria difícil empurrar Bolsonaro para alguma missão secundária e um estrelado sentar-se na cadeira presidencial.

Deu tudo errado. Os golpistas estão sendo revelados, um após outro. O pessoal que viveu por mais de 30 dias na frente do quartel general do Exército está depositado no presídio da Papuda. Na eleição de 2018, foram eleitos para os parlamentos estaduais

e o federal 73 militares, incluindo policiais e bombeiros, quatro vezes mais que a eleição de 2014.

O pessoal fardado quer entrar na política. Falta, neste momento, um escritor com talento para transformar em romance policial, com boas tramas paralelas de amor e traição, essa trágica e ridícula novela política brasileira, que incluiu patriotas convictos, ajoelhados na oração diante de um pneu de trator, perto de um perplexo vendedor de cachorro-quente, que só pretendia faturar uns trocados dos fanáticos.

## Nós e os outros

» ILANA PINSKY  
Psicóloga clínica e terapeuta familiar  
(pinskyilana@gmail.com)

Um dos mecanismos mais comuns do discurso preconceituoso é generalizar o particular. O bê-á-bá da discriminação é conectar uma crítica ao comportamento ou atitude de um indivíduo a uma suposta característica específica da pessoa, como a religião, a cor da pele, a orientação sexual. Dizer, por exemplo, que “os negros” são ruidosos, se nosso vizinho coloca frequentemente seu aparelho de som em volume socialmente inaceitável é preconceito. Afirmar que tal ou qual povo é inculto, pois temos um conhecido avesso a manifestações culturais é preconceito. No caso dos judeus, a narrativa preconceituosa central, que parece estar se reativando ultimamente, é a de que não pertencemos.

Um bom exemplo desse discurso ficou evidente em entrevista recente dada pelo economista Paulo Nogueira. Ao criticar a indicação de Ilan Goldfajn ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, Nogueira caracterizou o profissional como um não brasileiro (por ser judeu e por seu sobrenome “impronunciável”) conectado a uma suposta rede de financistas internacionais judeus. O entrevistador, Luiz Nassif, ao defender as declarações de Nogueira após elas terem sido denunciadas como antisemitas por entidades judaicas, ampliou o tom preconceituoso das falas.

O lamentável episódio recentemente ocorrido no Brasil faz lembrar uma peça em exibição em Nova York. Escrita por Tom Stoppard, um dos maiores dramaturgos de teatro norte-americano, Leopoldstadt, estreou na Broadway em outubro de 2022 com grande sucesso. Leopoldstadt mostra uma família austríaca, de origem judaica, e sua transformação entre 1899 e 1955. Inicialmente próspera e muito integrada à cultura local, teve alguns de seus membros espontaneamente convertidos ao cristianismo.

No decorrer dos anos, vemos sinais de que o antisemitismo estava ganhando força, com repercussões cada vez mais claras para aquela família, em termos de prestígio, integração, acesso a bens materiais. A culminação foi o extermínio de grande parte de seus integrantes. Houve um processo de “rejudaização” do grupo, mesmo que contra a vontade de alguns de seus componentes. O nazismo não perguntava quem era judeu, determinava isso a partir de seus critérios pseudocientíficos. Nós, na plateia, cientes do que aconteceu (é História), nos víamos afundados nas poltronas do teatro, encolhidos, aflitos, enquanto no palco a maioria dos líderes da família austríaca continuava em plena negação de que eles eram designados como “os outros”, já que se percebiam tão austríacos como todos os demais.

Na maior parte da minha vida acreditei que o ódio declarado e genérico a todos os judeus, provocando desastres humanitários como o Holocausto, não aconteceriam de novo após a Segunda Guerra Mundial. A humanidade teria aprendido e evoluído. Judeus nascidos no Brasil após o Holocausto, como eu, foram pouco expostos ao antisemitismo explícito. Sim, de vez em quando ouvíamos piadas sobre a suposta avareza dos judeus (“ah, mas vocês gostam de pedir desconto mesmo, não é?”), mas nada muito além disso. Muito eventualmente, algo sobre os nossos antepassados terem sido responsáveis pelo assassinato de Jesus Cristo (algo que tanto o catolicismo quanto outras religiões cristãs deixaram de apregoar, mesmo por se tratar de uma inverdade histórica).

Recentemente, no entanto, situações que banalizam o preconceito contra os judeus têm voltado a ocorrer. Nos Estados Unidos, em novembro, o ex-presidente Trump recebeu em sua residência dois antissemitas notórios, um deles que chega ao extremo de negar a ocorrência do Holocausto. E “represálias” começam a aparecer, espantosamente aceitas até em instituições universitárias, onde o debate intelectual, não o discurso preconceituoso, deveria prevalecer. Por exemplo, alguns grupos estudantis na Universidade de Direito de Berkeley, na Califórnia, proibiram, vetaram totalmente que pessoas defendam o Estado de Israel, possam expor sua opinião. Repito, na faculdade de direito, onde o choque de opiniões deveria ser normal.

Desconfiar do “outro”, do estranho, do diferente, tem sido justificativa para a violência ao longo da História. De onde vem isso? A sensação de quão instável nosso mundo se encontra tem forte impacto no preconceito sentido e expresso. Em termos de seu desenvolvimento, pesquisas da psicologia social apontam que estereótipos e preconceitos são aprendidos por meio da comunicação e interação social.

Em parte, desenvolvemos nossas crenças por meio da percepção direta de grupos sociais. A solidificação ou enfraquecimento dessas crenças, no entanto, ocorrem por meio de nossa percepção do quanto essas crenças são compartilhadas com os outros. Novas normas para nossa sociedade, que não sejam anacrônicas, devem se concentrar na aceitação, independentemente de gênero, classe, religião, etnia.

## Operação Inominada

» RICARDO NOGUEIRA VIANA  
Delegado chefe de 6ª DP e professor de educação física

Iniciado há poucas semanas, podemos afirmar que 2023 ficará marcado para sempre na história da capital da República. No primeiro dia, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em seu terceiro mandato com uma cerimônia marcada pela valorização das diferenças. O novo chefe do Executivo subiu a rampa do Planalto ao lado de mulheres, negros, deficientes e até de Resistência, sua cadelinha de estimação. Uma semana após, vieram os atos antidemocráticos, em que centenas de delinquentes invadiram as sedes dos poderes constituídos, destruíram obras raras e clamaram por um golpe militar. Em meados do mês, a Polícia Civil do DF desencadeou a *Operação Inominada*, que teve seu início com 10 pessoas desaparecidas, as quais foram encontradas mortas da forma mais vil e cruel jamais vista no Brasil.

No Distrito Federal, a maioria das ocorrências de desaparecimento de pessoas se resolve por si só. É o filho ou filha que esqueceu de avisar os responsáveis de que não retornaria na hora prevista ou foi o celular que acabou a bateria e o companheiro se preocupou por não ter notícia da parceira. Assim, é comum que a Polícia Judiciária, após o registro, entre em contato com o comunicante da ocorrência com o intuito de saber se o então desaparecido já se faz presente. Na maioria das vezes, com a resposta positiva, ou seja, a localização do envolvido, ocorrências desse tipo são arquivadas.

Entre 13 e 15 de janeiro, a 6ª Delegacia de Polícia Civil, localizada na cidade do Paranoá/DF, recebeu três ocorrências que descreviam o desaparecimento

de 10 pessoas da mesma família. Entre elas, três crianças, sendo uma de 7 anos e um casal de gêmeos de 6. Na tentativa de contato com os familiares para saber sobre o primeiro fato, encontramos obstáculos, pois ninguém atendia — até porque, poucos parentes sobreviveram. Em um segundo momento, tivemos a informação de que uma mulher de 39 anos e seus três filhos haviam sido encontrados mortos e carbonizados nas proximidades da cidade de Cristalina (GO). No dia seguinte, mais dois corpos foram encontrados de forma similar, carbonizados no interior de um veículo, em Unaí (MG). Tínhamos, pois, um saldo de seis mortos e quatro pessoas desaparecidas. Estava posto o quebra-cabeça.

Formou-se uma força tarefa com as polícias de Minas Gerais e Goiás. Quanto à Polícia Civil do Distrito Federal, é prudente destacar: nós temos um time. Policiais interromperam suas férias, deixaram de fazer serviços voluntários gratificados — resultando em decréscimo em suas remunerações, afastaram-se de suas famílias, tudo com o intuito de formar o Tangram. E conseguimos. Os investigadores, os quais contaram com toda estrutura da corporação, prenderam cinco suspeitos dos hediondos crimes e apreenderam um adolescente. Além disso, fomos capazes de localizar os corpos das outras quatro vítimas, um deles enterrado e esquarterado, e outros três jogados no interior de uma cisterna.

A motivação desses repugnantes delitos teve como cerne o dinheiro. A cobiça dos autores foi tão

estapafúrdia que os escroques se associaram, planejaram e executaram o mais nefasto dos planos: aniquilar o patriarca e toda a sua descendência, visando à posse injusta da chácara na qual ele residia, e, outrossim, a subtração e extorsão de valores de componentes da família. Além das vítimas que foram encontradas carbonizadas, outras cinco foram colocadas em um cativeiro, amordaçadas, algemadas e subjugadas mediante o emprego de arma de fogo, até que os algozes, após satisfazerem os seus desígnios impiedosos, traçaram-lhes o caminho da morte.

Inominada, que não tem nome. Sim, não conseguimos sequer nomear as ações que desenvolvemos nesses 13 dias de investigação. Algo jamais visto, nunca sentido ou almejado, não só pela dezena de pessoas indefesas que foram banidas do nosso convívio, mas também pelo sentimento vivenciado por policiais, repórteres, parentes, e pelo Brasil que orou e torceu por um desfecho menos trágico. Em sede extrajudicial, ou seja, na Delegacia, o inquérito foi relatado. Caso encerrado. Nós, policiais, experimentamos neste momento um sentimento dubio. O primeiro, de dever cumprido, de ter virado uma página da capital do país que não deve ser rememorada. Já o segundo é de frustração, por sabermos que a crueldade de alguns seres humanos está sempre surpreendendo, deturpando valores, ceifando vidas e desequilibrando o ambiente em que vivemos. Que venha o mês dois e Brasília volte a ser a capital da esperança.